



SEÇÃO ARTIGOS


ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR:¹
os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de
2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil

STATE AND FAMILY FARMING:
the advances and setbacks in the articulations of the Food Acquisition Program in the
municipality of São Luís – MA – Brazil

ESTADO Y AGRICULTURA FAMILIAR:
los avances y los retrocesos en las articulaciones del Programa de Adquisición de
Alimentos en el municipio de São Luís – MA – Brasil

 [Jéssica Neves Mendes²](#)
Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Maranhão, Brasil
e-mail: jessica.n.mendes@unesp.br

 [José Sampaio de Mattos Junior³](#)
Universidade Estadual do Maranhão
(UEMA), Maranhão, Brasil
e-mail: sampaio.uema@gmail.com

 [Igor Breno Barbosa de Sousa⁴](#)
Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Maranhão, Brasil
e-mail: igor.breno@unesp.br

Resumo

O presente artigo tem como proposta analisar a relação entre Estado e a agricultura familiar a partir dos avanços e retrocessos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de São Luís, no estado do Maranhão. Assim, metodologicamente, estabeleceu-se para as análises pesquisa bibliográfica a partir de compreensões teóricas acerca da agricultura familiar e das concepções governamentais do PRONAF e do PAA, além da coleta de dados no IBGE, CONAB e SEMSA. Desse modo, analisou-se as políticas públicas voltadas para o campo, ressaltando a desarticulação de estruturas na escala federal de apoio à agricultura familiar, que se reflete nos drásticos cortes de tais políticas, como no caso do PAA em São Luís, o qual caracteriza-se por uma produção agrícola diversificada, mas que está comprometida em razão dos efeitos socioeconômicos decorrentes dos direcionamentos adotados pelo Estado.

Palavras-chave

Estado; Agricultura Familiar; PAA; São Luís.

¹ Esse texto é resultado da comunicação “Estado e agricultura familiar: caracterização do Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Luís – MA”, apresentado no evento XIV SOBER: desenvolvimento, segurança alimentar e políticas públicas para o Nordeste, realizado na cidade de Bacabal – MA, entre os dias 29 e 31 de outubro de 2019.

² Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

³ Doutorando Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

⁴ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

This article aims to analyze the relationship between State and family farming, based on the advances and setbacks of the Food Acquisition Program, in the municipality of São Luís, in Maranhão's state. Thus, methodologically, it was established for the analysis bibliographical research from theoretical understandings about family farming and government conceptions of PRONAF and PAA, in addition to data collection in IBGE, CONAB and SEMSA. Thus, we analyzed the public policies focused on the field, emphasizing the disarticulation of structures on the federal scale of support to family farming, which is reflected in the drastic cuts of such policies, as in the case of the PAA in São Luís, Brazil, which is characterized by a diversified agricultural production, but which is compromised due to the socioeconomic effects resulting from the directions adopted by the State.

Keywords

State; Family Farming; PAA; São Luís.

Resumen

El presente artículo tiene como propuesta analizar la relación Estado y agricultura familiar, a partir de los avances y retrocesos del Programa de Adquisición de Alimentos en el municipio de São Luís, en el estado de Maranhão. Así, metodológicamente, se estableció para los análisis investigación bibliográfica a partir de comprensiones teóricas acerca de la agricultura familiar y de las concepciones gubernamentales del PRONAF y del PAA, además de la recolección de datos en el IBGE, CONAB y SEMSA. De ese modo, se analizaron las políticas públicas volcadas para el campo, resaltando la desarticulación de estructuras en la escala federal de apoyo a la agricultura familiar, que se refleja en los drásticos recortes de tales políticas, como en el caso del PAA en São Luís, el cual se caracteriza por una producción agrícola diversificada, pero que está comprometida en razón de los efectos socioeconómicos derivados de los direccionamientos adoptados por el Estado.

Palabras-clave

Estado; Agricultura Familiar; PAA; São Luís.

Introdução

A partir da década de 2000, as políticas públicas no Brasil adquiriram um novo enfoque e essa estratégia surgiu sob a noção de desenvolvimento territorial. Isso colocou o território na agenda do governo. A abordagem territorial no contexto das políticas de planejamento assentou numa perspectiva que procurou atualizar as políticas tradicionais de desenvolvimento regional.

Conforme Souza (2012), o enfoque da questão do desenvolvimento territorial rural ganhou novas discussões a partir dos anos 1990, com o debate sobre agricultura familiar e a criação de políticas públicas voltadas ao atendimento de pequenos produtores rurais. Nessa perspectiva, é de suma importância a discussão teórica sobre o conceito de território para fundamentação dos pressupostos que vão embasar as ponderações sobre as políticas públicas que têm como característica o ordenamento territorial.

Diante do exposto, é necessário evidenciar como alguns autores trabalham essa questão para que o entendimento sobre o conceito de território permita compreender a discussão sobre

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

as políticas públicas para a agricultura familiar. Dessa forma, Souza (1995, p. 78) considera que o “território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Entretanto, o território não deve ser entendido somente pela apropriação do poder, deve-se considerar também sua multidimensionalidade, ou seja, relações sociais, econômicas e políticas.

Para Saquet (2004, p. 3), “o território é compreendido como fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural”. Assim, o território é visto como um resultado de múltiplas relações de poder no espaço geográfico. No mesmo sentido, para Schneider e Tartaruga (2004):

O território é entendido a partir do reconhecimento das relações de poder projetadas no espaço entre os diversos atores. O espaço que nos interessa conhecer nesta perspectiva, é sempre o espaço demarcado e transformado pela presença histórica e formativa da agricultura familiar, que é a forma social hegemônica, embora possa haver outras (Schneider; Tartaruga, 2004, p. 112).

Gómez (2006) assevera que, entre ações do Estado, a criação do PRONAF, em 1995, foi uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar e para a redução de sua vulnerabilidade socioeconômica. Embora essas políticas de desenvolvimento territorial tenham sido pensadas e estruturadas, prioritariamente, para a redução das vulnerabilidades sociais e consolidação da agricultura familiar, elas continuam a apresentar contradições nas relações de poder, o que gera conflitos e desarticulações entre as esferas local, estadual e federal.

Segundo Müller (2007), enquanto objeto de política pública no Brasil, a agricultura familiar é inserida na pauta governamental em meados da década de 1990, com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que traz modificações na rede de políticas para a agricultura e incorpora atores nos acontecimentos que modelavam as políticas para o setor.

Dentre as ações, que foram instituídas para fazerem parte desse conjunto de articulação e incorporação de novos atores, está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi criado em 2003 como uma proposta de incorporação dos produtos da agricultura familiar dentro dos mercados institucionais. Entretanto, menos de 20 anos depois, evidenciamos que as

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

estruturas de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar foram desarticuladas, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵. Com base nesse contexto, propõe-se uma análise das políticas públicas voltadas para o campo, em vista de evidenciar o caso do PAA no município de São Luís, estado do Maranhão, após a desarticulação de estruturas federais de apoio à agricultura familiar no ano de 2016.

Para a estruturação desse artigo, foi relevante a definição de procedimentos metodológicos que levassem em consideração a pesquisa bibliográfica a partir de compreensões teóricas acerca da agricultura familiar e das concepções governamentais do PRONAF e do PAA elucidadas por Schneider (2003), Mattei (2005) e Wanderley (2003).

Também foi necessário analisar as relações imbricadas epistemologicamente na categoria território enquanto conceito empregado pelo Estado para o desenvolvimento de políticas públicas, a partir de Silva e Silva (2011), Souza (2012) e Boito Junior e Berringer (2013). Por fim, as análises socioespaciais do município de São Luís foram fundamentadas em Burnett (2011), Ottati (2013) e Almeida e Mourão (2017).

No que tange aos dados secundários, foram consultadas as Séries Históricas do Censo Demográfico (1970 a 2010), e da Produção Agrícola Municipal (PAM) (2004 a 2018), ambas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Posteriormente, em nível estadual e municipal, foram coletados dados obtidos pelo Compêndio de Estudos CONAB sobre o PAA, além da obtenção de dados sobre o PAA pelo Portal da Transparência, fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA), para o período de 2003 a 2020.

O Estado e a agricultura familiar: a discussão teórica e a (des)articulação governamental

No final dos anos 1980, com o processo de redemocratização, o desenvolvimento rural foi objeto de um debate mais amplo na sociedade. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, surgiram ações relacionadas ao combate à pobreza rural e à desigualdade social, sendo estas implantadas na perspectiva da descentralização. De acordo com Picolotto e

⁵ O MDA foi extinto por meio do Decreto nº 8.865, em 29 de setembro de 2016. Suas atribuições estão subordinadas na Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Medeiros (2017), a consagração da categoria agricultura familiar se deu em meados dos anos 1990, quando – por efeito da eficácia política dos Gritos da Terra, articulados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), assim como por várias mobilizações de pequenos produtores em todo o país – o governo federal instituiu o PRONAF.

O PRONAF também permitiu a articulação de políticas voltadas para o campo, bem como o financiamento da produção dos agricultores familiares. De acordo com Mattei (2005), a criação do PRONAF representou a legitimação, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então, era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola e era designada como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. O conceito de agricultor familiar, previsto na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, considera:

Art. 3º [...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006. p. 1).

Oliveira (2007), analisando a substituição e diferenciação entre *agri-cultura* e *agro-negócio*, abriu caminho para vários estudos de intelectuais sobre a questão agrária, ao abordar, assim, um novo conceito de agricultura de pequeno porte, voltada para os mercados mundiais e/ou nacional e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação:

Nasce assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar. O neoliberalismo invadia desta forma, o mundo da intelectualidade. E, como se isso não bastasse, invadiu também o mundo dos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção da agricultura camponesa e com ela os próprios camponeses (Oliveira, 2007, p. 147).

Nesta perspectiva, embora não exista consenso entre os estudiosos, como aponta Schneider (2003), compreendemos que a afirmação da agricultura familiar no cenário político

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

e social do Brasil está atrelada à legitimação do Estado, com a criação do PRONAF em 1995. Por isso, Wanderley (2003) compreende que a agricultura familiar resulta da própria atuação do Estado, a partir da implantação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o qual é capaz de atender as exigências do mercado.

Face a isso, os anos 1990, sob a égide do Estado neoliberal – que reduz o papel do Estado interventor e aumenta as vantagens do capital estrangeiro –, evidenciou-se uma contradição. No mesmo período, verificamos também o avanço do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, diante de exportações de *commodities*⁶ de grandes empresas multinacionais, desarticulando a pequena produção local baseada no trabalho familiar.

Por outro lado, sob a luz do Estado neodesenvolvimentista⁷ e do fim do Estado essencialmente neoliberal, o governo Lula, por meio do artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, institui o PAA. Assim, esse programa constitui-se em uma das ações abrigadas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e congregadas no Programa Fome Zero.

De todo modo, não podemos afirmar que a mudança de governo representou uma ruptura imediata das práticas neoliberais. Pelo contrário, ainda que o destaque dos programas voltados para a agricultura familiar fizesse parte de uma estratégia neodesenvolvimentista do governo Lula, este não rompeu totalmente com o modelo neoliberal praticado anteriormente pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Como resultado, as ações do Estado neodesenvolvimentista⁸ impactaram na dinâmica do campo brasileiro, durante os três mandatos e meio do governo do Partido dos Trabalhadores

⁶ As *commodities* são formadas por produtos de origem primária (como da agropecuária e extração mineral), produzidos em larga escala destinadas para o comércio exterior.

⁷ Segundo Bresser-Pereira (2016), a abordagem neodesenvolvimentista consiste em abranger a macroeconomia do desenvolvimento e uma microeconomia do desenvolvimento, esta última adota uma distinção crítica entre os setores competitivo e não competitivo das modernas economias capitalistas; tendo em vista que sua *política de distribuição* critica o populismo fiscal e cambial e defende a tributação progressiva, uma política de salário mínimo, uma baixa taxa de juros e o aumento dos gastos sociais ou do consumo coletivo.

⁸ Segundo Boito Junior e Berringer (2013), é possível destacarmos alguns elementos importantes de política econômica e social, tais como: (i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juros subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

(PT), o que pode ser exemplificado pelo aumento das áreas de produção de *commodities* produzidas pelo agronegócio. Além disso, a grande burguesia distribuída nos setores da economia, tais como: indústria, mineração, construção civil e, principalmente, agronegócio exigiu favoritismo e proteção do Estado na competição com o capital estrangeiro (Boito Junior; Berringer, 2013).

Conforme Mitidiero Junior (2022), as monoculturas de exportação tiveram relativo poder na economia nacional e sustentam a narrativa de “reprimarização da economia” a partir da criação de economias dependentes e atrasadas e da construção de coalizões políticas que ferem os direitos sociais.

Sendo assim, podemos mensurar até mesmo um jogo de forças na busca pelo equilíbrio entre a satisfação das expectativas da burguesia e das camadas populares. Seguindo esse raciocínio, para as camadas populares, os governos do PT elaboraram programas de transferências de renda e, no caso da nossa discussão, o financiamento da agricultura familiar. É fato que o governo federal concebeu políticas públicas de desenvolvimento rural que podem ser instrumentos para a consolidação dos mercados institucionais. Silva e Silva (2011) apresentaram, como exemplo dessas políticas de desenvolvimento rural, a criação de mercados institucionais para produtos da agricultura familiar.

Diante disso, em meio às ações do Estado e às novas dinâmicas no campo brasileiro, o surgimento do PAA permitiu a compra pública de produtos de agricultores familiares, com preços estabelecidos pela CONAB, para doação ou formação de estoques. Dentre os beneficiários fornecedores estão os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Quanto aos beneficiários consumidores, estes são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial. Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para as

de mercadorias e de capitais; (iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pelas redes socioassistenciais e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Em todo o caso, embora os governos petistas tenham introduzido um conjunto de medidas no meio rural, visaram agilizar a produção de alimentos básicos para uma população em situação de insegurança alimentar e nutricional. Tudo isso com o objetivo de retirar o Brasil do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU), vinculando a agricultura familiar à segurança alimentar e ao combate à fome por meio de mercados institucionais. No entanto, ao longo dos anos, o PAA sofreu instabilidade e sucessivas ameaças de desativação durante os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022). Assim, Mitidiero Junior (2022) enfatiza que:

Na atual conjuntura, o aumento da participação das exportações agropecuárias está associado ao desmantelamento da indústria nacional. Cada vez mais exportamos matérias primas e compramos produtos manufaturados reiterando uma condição histórica centenária. Os últimos 15 anos estão marcados por um processo de desindustrialização que talvez possa vir a ser o maior processo de desindustrialização da história mundial (Mitidiero Junior, 2022, p. 294).

Nesse contexto, destaca-se a importância de políticas como o PAA por vincular o combate à fome à agricultura familiar, que se baseia na diversidade da produção agrícola, na dinâmica do mercado e na distribuição de renda. No entanto, ao longo dos anos de sua implantação, o PAA se consolidou como política assistencialista para a agricultura familiar, ao contrário de outros setores econômicos, nos quais investiu-se continuamente com o apoio do Estado.

Para tanto, tomemos como exemplo o município de São Luís que, apesar de ser a capital do estado do Maranhão, apresenta uma produção agrícola diversificada e é um dos municípios do estado com maior número de agricultores participantes do PAA.

Os avanços e os retrocessos do PAA diante das socioespacialidades do município de São Luís

O município de São Luís está localizado no norte do estado do Maranhão, região nordeste do Brasil (Figura 1). De acordo com o Censo do IBGE (2010), a população residente no município é de 1.014. 836, sendo 94% da população urbana.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544

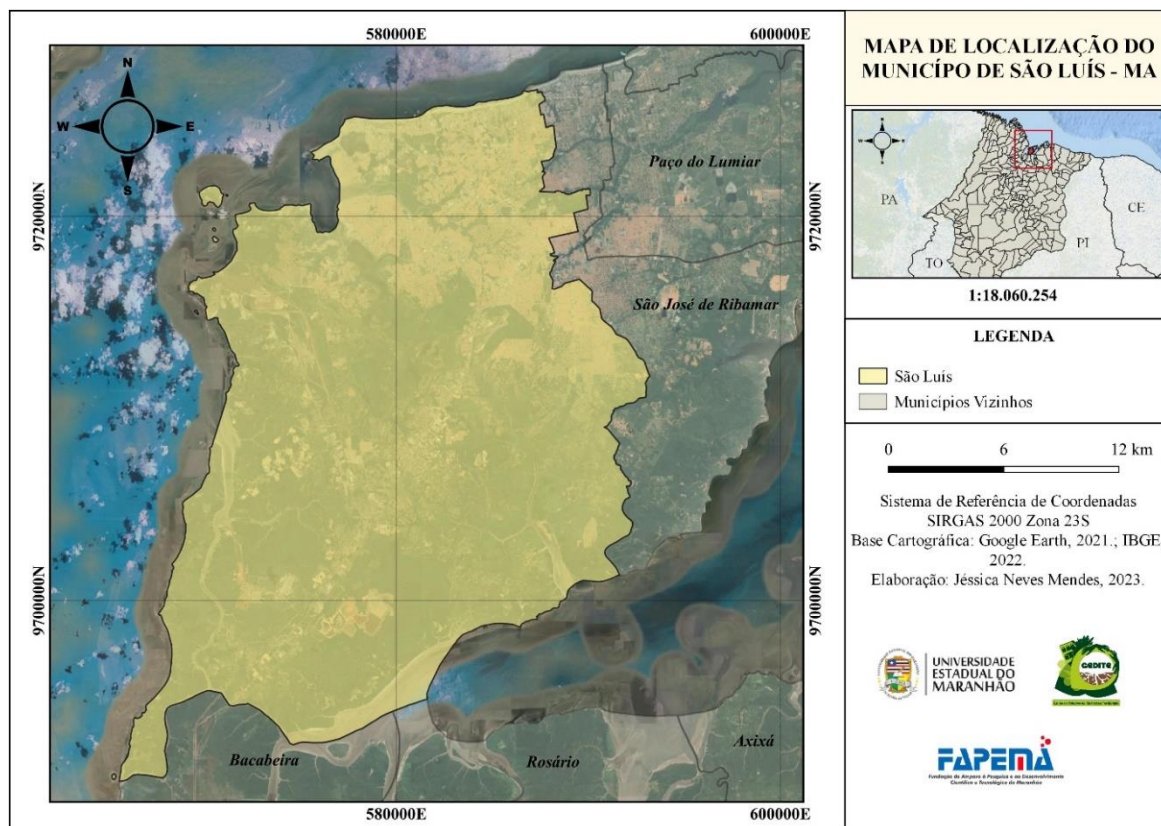


Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 1: Localização de São Luís (MA)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

É importante ponderar que o quadro atual de São Luís decorre de transformações socioespaciais históricas, isto é, a cidade ludovicense, nos seus 408 anos de existência, destacou-se por concentrar as decisões políticas, econômicas e financeiras, seja para o Maranhão Colonial, Imperial ou enquanto unidade federativa. Em decorrência disso, Burnett (2011) destaca que as políticas direcionadas ao espaço ludovicense eram conduzidas para a produção agrícola ou para a exportação. Dessa forma, os bairros populares de São Luís são originados na migração rural dirigida para o centro da cidade ou para os corredores de transporte, como por exemplo, a Avenida Getúlio Vargas (Burnett, 2011).

Sobre essa configuração socioespacial, Ferreira (2008) afirma que somente a partir do final da década de 1950, o Maranhão se integra ao desenvolvimento do Brasil, por meio da construção de rodovias que ligam o Maranhão a outros estados, como as rodovias Belém-Brasília, Teresina-Belém, São Luís-Belém e São Luís-Brasília. Com isso, as mudanças

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.
 Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.
 ISSN: 2316-8544



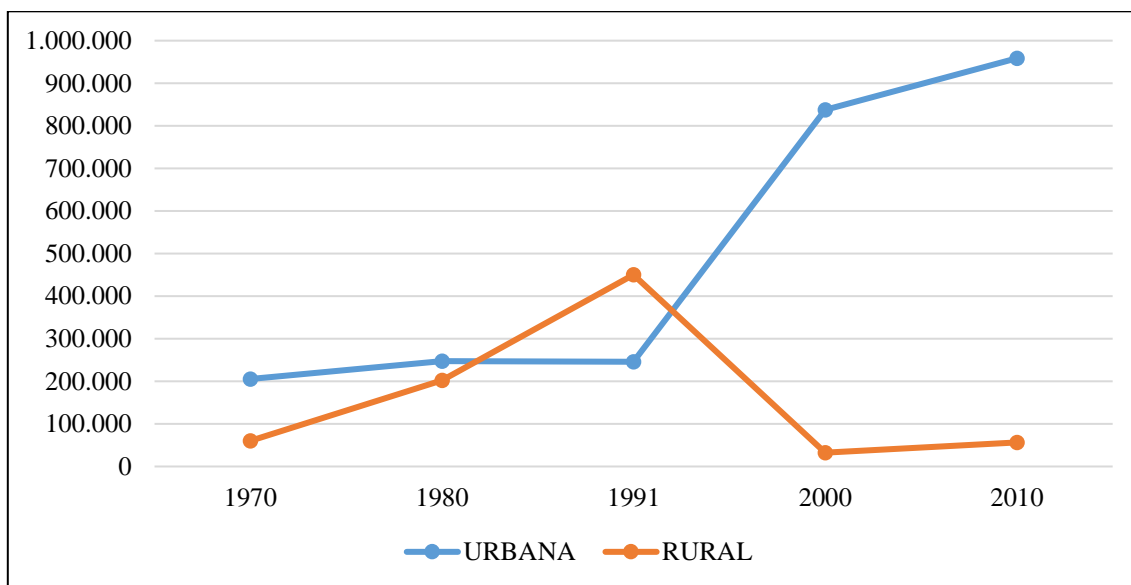
Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

socioespaciais no fluxo de pessoas, transportes e mercadorias serviram de combustíveis para a mudança no quantitativo populacional ludovicense, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1: São Luís – Série histórica – População Urbana e Rural.



Fonte: IBGE (2010)
Org.: Os autores (2020)

Segundo Sousa *et al.* (2020), a cidade de São Luís concentra as principais atividades comerciais do Maranhão, uma vez que possui o principal porto do estado: o Porto do Itaqui. Além disso, o Programa Grande Carajás (PGC) exerce uma importante influência na dinâmica de transição demográfica na capital São Luís, pois, desde a década de 1980, a área rural da cidade aumentou significativamente, por meio da reorganização espacial devido às demandas da mão de obra e ao deslocamento da população oriunda do interior do estado. Ainda na década de 1980, as perspectivas de crescimento se instauraram no Maranhão, com as ações de planejamento do Distrito Industrial de São Luís, como aponta Ottati (2013):

Mais especificamente na década de 1980, já sob a nova estratégia capitalista com base na acumulação flexível e na concepção neoliberal, o Estado abriu suas portas para instalação de grandes investimentos nacionais e multinacionais e adotou a prática de incentivos fiscais e facilidades creditícias para atrair investidores na área agropecuária, minero-metalúrgica e siderurgia, fato que proporcionou a vinda de grandes empresas para o estado. Porém, somente com a implantação do Projeto de Grande Carajás, e dos Projetos da Alumar (Consórcios de Alumínio do Maranhão), da monocultura de soja e da revitalização da pecuária, o estado entrou realmente no

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.
Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

processo do comércio mundial através das suas atividades de produção e comercialização (Ottati, 2013, p. 86).

Diante das possibilidades de emprego com os grandes projetos de desenvolvimento, São Luís tornou-se atrativo populacional, o que resultou em um intenso processo de aceleração da expansão urbana e do crescimento demográfico. No que tange à expansão urbana de São Luís em detrimento do espaço rural, é importante observar o fenômeno da especulação imobiliária, que se espalha a partir das áreas consideradas nobres. Dessa forma, verificamos o “despejo” das populações suburbanas ou da área rural de São Luís, por não possuírem títulos de propriedade da terra, constituindo a massa dos “sem casa” (Almeida; Mourão, 2017).

Assim, com o processo de urbanização, sobretudo nos grandes centros urbanos do Brasil, observamos precariedades na área rural, a qual, em decorrência do processo de modernização das relações de produção no campo, vive o agravamento dos problemas fundiários. A combinação desses fatores tem levado à expansão da população urbana, o que resulta no aumento gradativo de ocupações desordenadas na cidade, enquanto apenas uma parcela da população recebe investimentos públicos que atendem aos seus interesses (Burnett *et al.*, 2016).

A partir disso, apresentamos as socioespacialidades do município de São Luís para entendermos como essas mudanças no decorrer da sua formação histórica irão refletir-se na dinâmica da agricultura no município, sobretudo no PAA, o qual é coordenado em âmbito federal pela CONAB, no âmbito estadual pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF) e no municipal pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), além da SEMSA.

Segundo Gomes (2016), o município de São Luís oferece condições edafoclimáticas (clima e solo) favoráveis para o cultivo de hortaliças, frutas, verduras, entre outras culturas. Porém, no município encontram-se alguns problemas que dificultam o desenvolvimento da produção agrícola, dentre eles a diminuição das áreas cultiváveis e a degradação dos solos.

Além disso, segundo Braga (2019), o município de São Luís apresenta 22 comunidades rurais envolvidas na comercialização para o PAA. Particularmente, a comunidade que apresenta

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

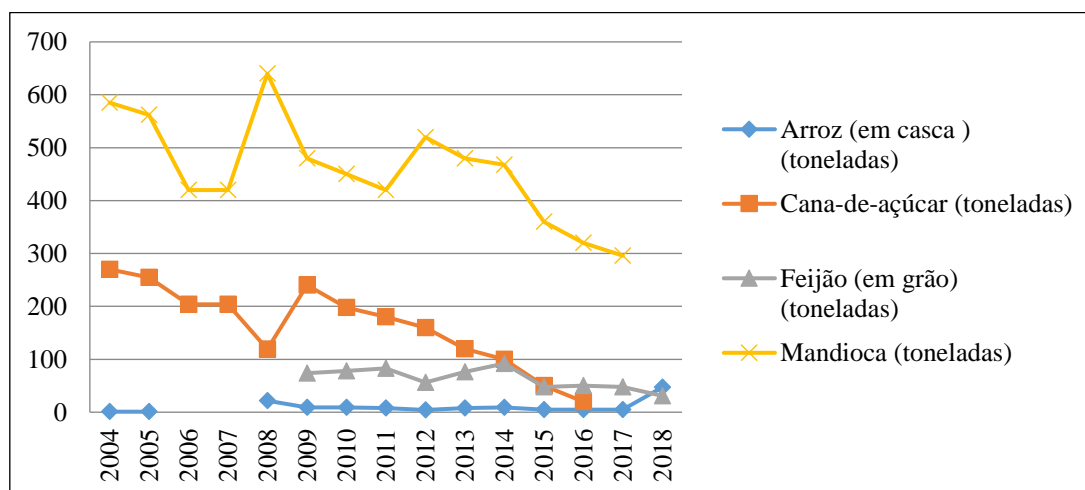
o maior quantitativo de produtores cadastrados no programa é a comunidade rural Cinturão Verde, com 80 adesões entre 2009 e 2019 (CONAB, 2019).

Segundo a SEMSA (2020), no município de São Luís, o PAA é coordenado pelo governo municipal, sendo cadastrados 664 agricultores, 14 entidades beneficiárias e um total de 16.651 consumidores entre os anos de 2015 a 2020. Os agricultores recebem o serviço de assistência técnica, o qual é realizado pela Agência Estadual de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (AGERP) e os produtos cultivados incluem hortícolas, frutas, verduras, legumes, além da aquicultura, suinocultura, bovinocultura, avicultura e caprinocultura.

A principal modalidade do PAA acessada pelos beneficiários fornecedores de São Luís é a Compra com Doação Simultânea, na qual os alimentos produzidos são repassados para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), além dos hospitais de São Luís, como o Socorrão I e II, Hospital da Mulher e Hospital da Criança.

Os produtos são recolhidos pela SEMSA em três centrais localizadas na zona rural de São Luís, são essas: Matinha, Cinturão Verde e Tajipurú. Segundo o IBGE (2018), os principais alimentos produzidos em São Luís, considerando a quantidade produzida (toneladas) em lavouras temporárias e permanentes, são: mamão, mandioca, feijão, banana, coco-da-baía, cana-de-açúcar, manga, maracujá e limão, conforme observamos nos Gráficos 2 e 3:

Gráfico 2: São Luís – Produção Agrícola – Lavoura Temporária (2004-2018).



Fonte: IBGE (2018)
Org.: Os autores (2019)

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.
Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.
ISSN: 2316-8544

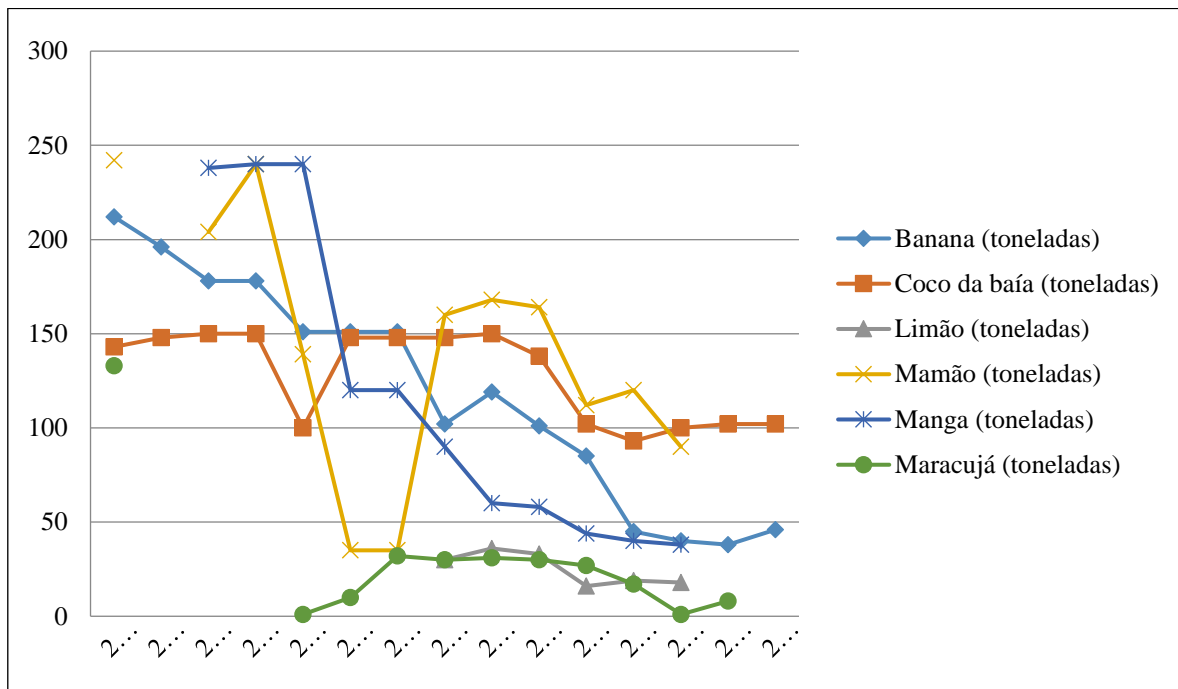


Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Gráfico 3: Produção Agrícola em São Luís – Lavoura Permanente (2004 -2018)



Fonte: IBGE (2018)
Org.: Os autores (2019)

A produção agrícola em São Luís é baseada principalmente em horticultura, ou seja, no cultivo de frutas, legumes e verduras, assim como o fornecimento para o PAA, no qual os produtos cultivados pelos produtores são predominantemente hortaliças e frutas, tais como abacate, alface, abacaxi, banana, caju, couve, coentro, limão, mamão, manga, milho, pepino, pimentão, quiabo, vinagreira, entre outros. Destarte, por meio da análise da produção agrícola em São Luís, a partir dos dados apresentados pelo IBGE (2018) nos Gráficos 2 e 3, é possível identificar uma redução na produção de alimentos a partir de 2013.

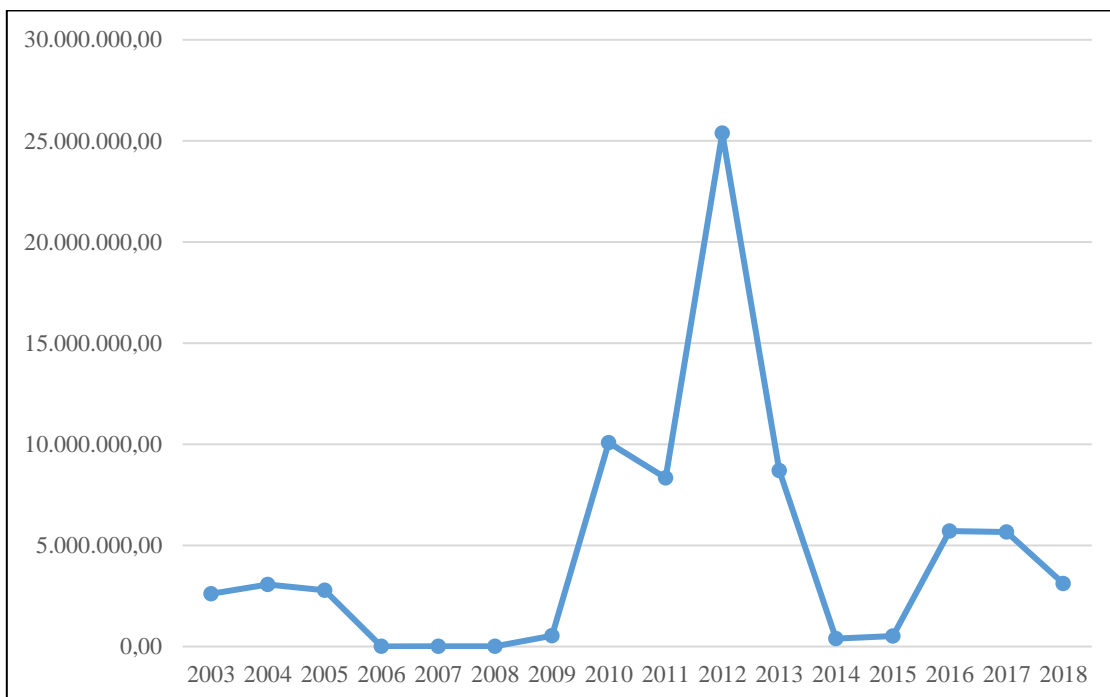
Comportamento semelhante pode ser notado nos repasses financeiros e no quantitativo de beneficiários do PAA no Maranhão, conforme os Gráficos 4 e 5. A crise político-econômica, os sucessivos cortes e as ameaças de desativação do PAA refletem na continuidade da produção agrícola familiar, sobretudo para o abastecimento de circuitos locais.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.
Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.
ISSN: 2316-8544

Ensaio de Geografia

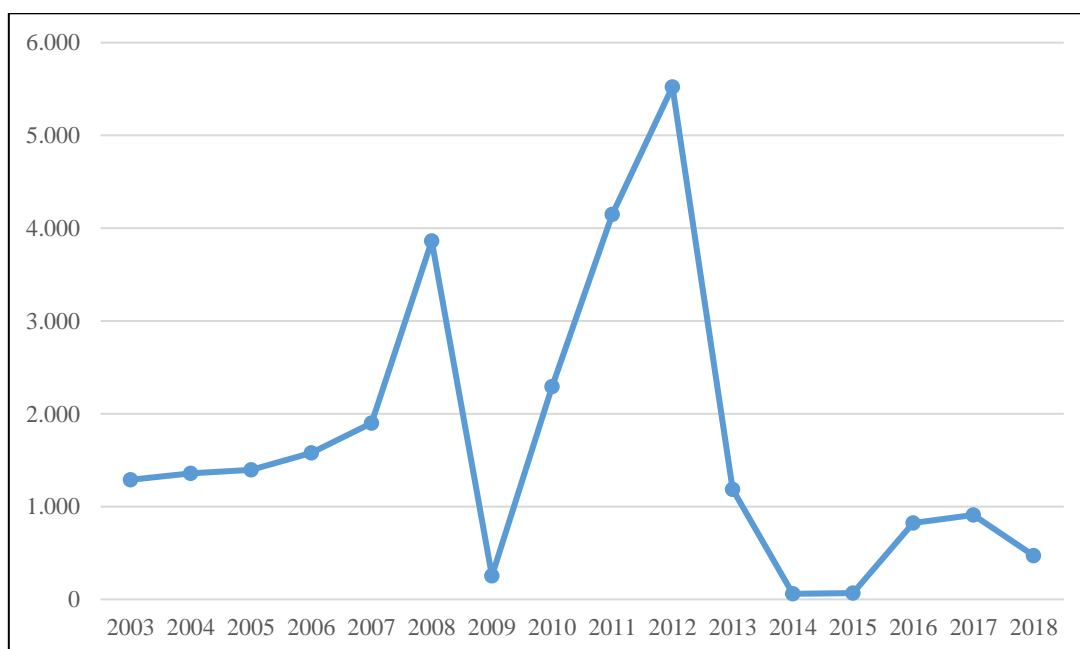
Essays of Geography | POSGEO-UFF

Gráfico 4: Recursos aplicados com o PAA no Maranhão



Fonte: CONAB (2019)
Org.: Os autores (2019)

Gráfico 5: Número de beneficiários do PAA no Maranhão.



Fonte: CONAB (2019)
Org.: Os autores (2019)

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.
Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Segundo Grisa e Porto (2015), embora o programa tenha um caráter intersetorial em nível nacional, ainda permanece um desafio político e institucional. Nem sempre o governo municipal/estadual/federal é parceiro na implementação do programa, pois, por vezes as organizações da agricultura familiar estão em fase inicial de estruturação e precisam de articulação. As entidades de assistência social também apresentam limitações em termos de recursos humanos e estruturais, e nem sempre há organizações sociais intermediárias que tomem a iniciativa ou fortaleçam a articulação política e a governança necessárias para a implementação do programa.

Segundo Mendes (2021), ainda assim, o número de agricultores participantes do programa é aquém do esperado, dada a grande diversidade do estado em relação às comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária, público-alvo da política. Os dados mostram a inconsistência das políticas agrícolas voltadas para os agricultores familiares em detrimento das políticas neoliberais em favor da grande produção de *commodities*.

A CONAB (2017) justifica que os resultados demonstram variação de recursos aplicados no PAA devido às características próprias de cada região, além das limitações na organização social local e no acesso à informação por parte dos beneficiários fornecedores ou de suas representações legais. Entretanto, Veloso (2017) contrapõe as justificativas sobre a redução dos valores de investimentos no PAA, ao indicar que a involução nos recursos financeiros do PAA em 2013 pode ser atribuída às denúncias de desvios e fraudes no programa.

O autor apontou como exemplo o caso ocorrido no estado do Paraná, onde, por meio de investigação da Polícia Federal denominada “Agro-Fantasma”, constataram-se irregularidades e desvios de recursos em alguns municípios do estado. Por conta disso, houve maior rigor na aprovação de projetos do PAA no país. Dessa forma, apontamos a evolução dos recursos do PAA em São Luís, conforme gráfico seguir (gráfico 6):

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544

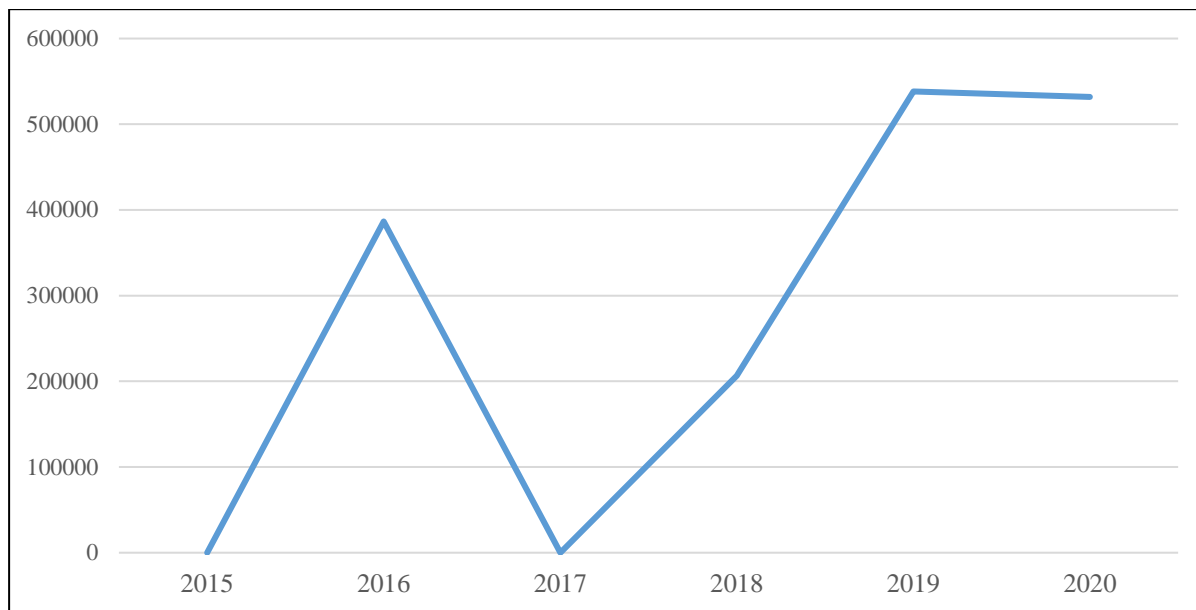


Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Gráfico 6: Repasses para aplicação do PAA em São Luís.



Fonte: SEMSA (2020)

Org.: Os autores

Além disso, o autor também relatou que outra possível causa da queda de investimentos no programa federal foi a crise política e econômica no país. A queda nos investimentos verificados não se relaciona apenas à crise, mas à forma de perceber o processo produtivo, extinguindo programas e paralisando atividades em Instituições Federais que afetaram diretamente os agricultores familiares.

Conforme Mendes (2021), as comunidades rurais de São Luís vivem à base da agricultura familiar e da pesca. Além disso, os produtos são consumidos e vendidos em feiras e mercados de São Luís, o que reforça a importância dessas famílias e a sustentabilidade dessa área rural. Além de interagir com as áreas urbanas por meio do abastecimento de alimentos, há também potencial para produção agrícola e relativa conservação dos recursos naturais.

Em São Luís, o declínio de repasses é também perceptível, haja vista que no ano de 2015 os recursos aplicados para a execução do PAA foram de mais de R\$1.000.000 e atualmente declinaram para a metade: R\$531.679, conforme dados disponibilizados pela Semsas (2020). Assim, conseqüentemente, houve uma redução no número de beneficiários, tanto fornecedores como consumidores. Observamos que as medidas podem refletir diretamente no

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

declínio da produção agrícola na capital. Com a desestruturação de políticas agrícolas, também percebemos a diminuição da produção agrícola familiar, como demonstrado nas análises realizadas.

No caso de São Luís, claro, não se pode estimar quais as mudanças ocorrerão posteriormente com novos planos diretores, por meio das estratégias de novos gestores para a área rural de São Luís. Sendo assim, os produtores rurais se defendem em seus territórios permeados por suas relações sociais e culturais, dada sua importância para as atividades econômicas voltadas para a alimentação e a segurança alimentar dos moradores dos centros urbanos da capital São Luís.

Considerações Finais

Neste artigo foi realizada uma abordagem acerca da relação entre Estado e agricultura familiar, levando em consideração a implantação do PAA no município de São Luís. Foi observada a articulação de políticas públicas com o objetivo de inserir a agricultura familiar na geração de emprego e renda, tendo em vista a produção e o consumo local, para dessa forma, contribuir para a redução das disparidades regionais e valorizar o rural.

De fato, a partir das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, é notório o discurso da valorização do segmento, tendo em vista a produção e o consumo dos produtos localmente cultivados, na perspectiva de integrá-los na economia, passá-los a novos elementos nos mercados institucionais apoiados e estruturados pelo Estado.

Por outro lado, foram observados retrocessos, como a redução do espaço rural em consequência do processo de urbanização e o desmonte de estruturas de apoio à agricultura familiar, o que culminou na redução nos repasses de recursos financeiros e consequentemente na desarticulação das atividades produtivas, além de comprometer a segurança alimentar.

Dadas as consequências da pandemia da Covid-19, sublinhamos a importância de regressar a temas excluídos da agenda de governos anteriores, como as políticas sociais voltadas para a segurança alimentar e a redução da pobreza. Debate que, na nova conjuntura política, está ressurgindo e criando a expectativa de renovação de políticas voltadas para a agricultura familiar e o combate à fome, como o PAA.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Referências

ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017. 124 p.

BOITO JUNIOR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782013000300004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRAGA, C. L. **Circuitos de comercialização, mercados e estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos da comunidade rural Cinturão Verde em São Luís-MA**. 2019. 167f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2019. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2624>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, Disponível em: www.in.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 36, n. 2, p.237-265, jun. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/VbnpbwkmbRJCRCVr75zM8hc/?lang=pt>>. Acesso em 21 ago. 2023.

BURNETT, F. L.; OLIVEIRA, A.; MELO, J.; DUTRA, L. **Planejamento e gestão de cidades no Maranhão: o executivo municipal e o controle do solo urbano**. São Luís: EDUEMA, 2016. 288 p.

BURNETT, F. L. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. São Luís: EDUEMA, 2011. 171 p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: resultados das ações da Conab em 2016**. Brasília: Conab, 2017. 9 v. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/compendio-de-estudos-da-conab?start=20>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: resultados das ações da Conab em 2018**. Brasília: Conab, 2019. 20 v. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/compendio-de-estudos-da-conab?start=20>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

FERREIRA, A. J. A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. 269f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tdc-11082009-141934/publico/ANTONO_JOSE_DE_ARAUJO.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

GOMES, J. F. B. **A multifuncionalidade da agricultura urbana e a sua integração no ecossistema urbano da ilha de São Luís**. 2016. 163f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-05362019000300252&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 jul. 2020.

GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=33293. Acesso em: 19 jul. 2020.

GRISA, C.; PORTO, S I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 155-180.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Geouerj**: Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-19, 1. sem. 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049/32762>. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Produção Agrícola Municipal 2018**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/md000007.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MENDES, J. N. **Das (im)possibilidades do mercado institucional para agricultura familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos no assentamento rural Cinturão Verde no município de São Luís – MA, de 2014 a 2020**. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Curso

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

MITIDIÉRO JÚNIOR, M. A. **Censo agropecuário 2017: o que revela o censo do golpe?** Marília: Lutas Anticapital, 2022. 311 p.

MÜLLER, A. M. **A construção das políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos.** 2007. 128f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11006>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

OTTATI, A. M. A. A. **As dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no estado do Maranhão.** 2013. 225f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72257>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, L. S. de. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 344-368.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPÓSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 121-148.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. V. G. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista Raízes**, Campina Grande, vol. 23, n. 12, 2004, p. 99-116. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/rzsantiga/artigos/Artigo_4.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SILVA, M. G.; SILVA, S. P. Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 49, p. 87-93, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3951/1/bmt49_econ04_paraalem.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023. Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

SOUSA, I. B. B.; MENDES, J. N.; SODRÉ, R. B.; MATTOS JUNIOR, J. S. de; SANTOS, I. J. P. Questão campo-cidade: as complexidades da dinâmica urbana e rural no município de São Luís - MA. *In: JACINTO, R (Org.). As novas Geografias dos países de Língua Portuguesa: Cooperação e Desenvolvimento*. Lisboa: Âncora Editora, v. 36, p. 185-197, 2020. Disponível em: <<http://www.cei.pt/publicacoes/iberografias.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SOUZA, M. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, I; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. B. (Org). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, P. C. **Políticas públicas e desenvolvimento rural na região de Presidente Prudente**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. 2012. 303f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

VELOSO, F. **Redes locais e mercados institucionais de compra da agricultura familiar nos municípios de Adamantina, Paulicéia e Tupi Paulista (SP)**. 2017. 430f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 42-61, 2003. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons